

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 08 dias do mês de setembro de 2021, às 18 horas e 12 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além dos Conselheiros Fiscais Ademir Pereira, Ligian Regina Kalvon, Nívia Carla da Fonseca, Márcia Regina Ambrozini Lopes da Silva e Reginaldo Aparecido Naves, do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda, e do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprevr> -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

### Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

Pautas do dia:

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 02/08/2021;
- 2) Apresentação do Relatório Trimestral pelo Conselho Fiscal, referente ao segundo trimestre de 2021;
- 3) Apresentação sobre o cenário econômico atual e perspectivas sobre a rentabilidade de títulos públicos, ante a possibilidade de aquisição a partir de marco econômico que supere ou iguale a meta atuarial;
- 4) Assuntos diversos.

Por problemas técnicos, não há áudio nos primeiros 17 minutos do vídeo da íntegra da reunião. Tendo o problema sido reparado no decorrer do item 02 da pauta.

**Item 01.** Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 02/08/2021 – **ausência de áudio.**

**Item 02.** Apresentação do Relatório Trimestral pelo Conselho Fiscal, referente ao segundo trimestre de 2021 –




- Financeiro – 00:17:18 Ligian diz que em maio tiveram precificação de ativos e isso impacta negativamente a carteira. Em junho, observam no Fundo Incentivo um saldo de R\$ 764.762,77 que ocorreu por conta da troca de gestor e o fundo voltou pra carteira. Fundo Ático teve uma nova precificação de ativos, no entanto, sem expectativa de recuperação. Apresenta uma tabela com as amortizações, distribuição de rendimentos e os rendimentos de títulos públicos dos fundos Illuminati, Infra Real, Fundo W7, TMJ e Haz.

Com relação ao parecer técnico:

- CRP - Diz que o Instituto está com o CRP válido até 27/09/2021.
- Cálculo Atuarial – já alteraram a contribuição patronal e está de acordo com a lei.
- Dívida previdenciária – acordos de parcelamento nº 406 e 408 estão sendo pagos.
- Receitas e Despesas – seguem com superávit.
- Previdência – colocaram a questão das leis complementares 17 e 18 e a questão do abono porque no trimestre ele ainda estava constando
- Carteira de Investimentos – acompanham o trabalho do comitê, possuem acesso às atas. Diz que o comitê monitora a rentabilidade, visam a meta atuarial, no entanto sempre verificam a cautela nos investimentos.

Ligian diz que ela, a Nívia e a Márcia aprovam com ressalvas por conta da regularização das leis. Frisam que essa regularização tem que ser dentro do que é legal para que não favoreçam uma classe ou favoreçam uma situação e que, no futuro, isso possa ser revertido e complicar a vida do servidor. Os conselheiros Reginaldo e Ademir aprovaram por entenderem que todas as medidas necessárias quanto a regularização do CRP vem sendo tomadas pela atual diretoria. Assim sendo o conselho fiscal aprova por unanimidade o segundo trimestre. A palavra é passada à Eliete, diz que contou com uma dúvida com relação ao relatório e iria perguntar ao Comitê, visto que Ligian teria citado anteriormente (\*). Pergunta se teve uma troca de gestor e que os conselheiros não ficaram sabendo. Ligian pede pro Adelson confirmar, o caso que voltaram R\$ 700.000,00 para a carteira, na verdade, porque, agora, ele tem a possibilidade de rever esse dinheiro. Se foi precificado novamente. Adelson diz que sim, o fundo Incentivo, na verdade, até estaria negativo, só que fundo negativo não é marcado. Douglas diz que o que a Eliete quis dizer, pelo que ele entendeu, é que devido às trocas de gestões que fizeram no passado, principalmente ano passado, que está tendo essas evoluções de caixa agora, essas recuperações. Eliete diz que não, que estava se referindo a troca agora em junho de 2 gestoras (\*). Douglas diz que não teve. Eliete diz que uma é a Graphen de um outro fundo e a Brasil Plural do fundo Incentivo. Douglas diz que ambas já foram aprovadas no passado e só foi autorizado pela Secretaria da Previdência em abril desse ano. Eliete pergunta se o conselho tinha conhecimento disso então. Douglas diz que no ano passado sim, foi a troca pelo do fundo GGR. Explica que o antigo gestor foi preso e, por isso, tiveram que pedir a troca. Pediram troca e não tinha empresa interessada, o comitê faz o envio para 40 instituições sugerindo administração e gestão daquelas enquadradas na resolução 3922, que não tiveram interesse. Colocaram uma segunda empresa, ela tem experiência com fundos públicos, ela tem outros fundos do Instituto, BR Hotéis por exemplo, o pedido de troca precisou passar pela Secretaria de Previdência, houve uma demora de 3, 4 meses que se efetivou entre abril e maio, mas são decisões do final do ano passado. Não são deste ano. Só tiveram que esperar o aval da Secretaria da Previdência. Eliete pergunta se tem um por quê estar ficando só, praticamente, de gestora e administradora RJI, Brasil Plural e a Graphen, diz que tem visto os relatórios do comitê e no quadro aparecem as porcentagens; essas empresas estão ficando com um monopólio tanto como gestoras ou como administradoras. Douglas diz que sim, é o interesse em administrar fundo estressado, as outras instituições não têm. Douglas diz que possuem os A.R. para comprovar que convidaram todo mundo: Caixa, Bradesco, Santander. Diz que como tem muito risco eles não



querem administrar isso. São fundos estressados, vai ter processo judicial, então as grandes hoje são BRPP, Graphen, Veritas, Queluz de menor tamanho, mas é uma que faz de fundos estressados também e, de administração, só tem a RJI. Diz que, às vezes, a BRPP também tem administração porque ela tem o critério que ela só administra fundo que ela faz gestão, é uma política da BRPP. Diz que quando há concorrência buscam essas 4, desde que não tenha históricos relacionados ao passado. Diz que tem 1 ou 2 empresas voltando atualmente; diz que fazem um pente fino para ver o passado, ver se não é ex gestor da problemática. Diz que conseguem puxar a “capivara” das empresas no instituto. No mercado, hoje, são só essas 4. De administração é a RJI, acha que só tem um fundo do Instituto, que é o Gestão Empresarial que ela faz gestão, é o único fundo. Do restante ela é só administradora. Diz que é difícil acharem concorrência. Preferem, sempre, deixar uma administradora numa empresa e a gestora em outra para um conseguir fiscalizar o outro. Mas em geral, eles dominam o mercado. Douglas diz que gostaria de que fossem tudo Itaú, Bradesco, Santander, seria o sonho. Mas esses bancos não pegam esse tipo de fundo pelo risco, processo judicial, não é atraente o risco retorno pra eles. Eliete pergunta se não dá medo ficar nas “mãos” só dessas empresas, se não seria um risco para os fundos. Douglas diz que são empresas que têm mostrado um bom trabalho até hoje, até o momento, com a informação que possuem e o acompanhamento que o comitê tem feito. Eliete diz que “gato escaldado” tem medo. Douglas concorda. Eliete diz que como ela entrou no final do ano, ela não sabia que o conselho tinha ciência então. Eliete diz que, depois da fazenda Tabajara, tem acompanhado mais os relatórios do comitê de investimento porque ficou muito incomodada com aquela “coisa”. Diz que, também, foi olhar bastantes relatórios, pegou relatório até de outras cidades e percebeu que está aparecendo bastante e queria entender o porquê se contrata o Maia Brito, um escritório de advocacia que está sendo contratado por vários fundos. Pergunta se os fundos já não têm a sua área jurídica (\*). Douglas diz que não. Diz que depende da gestora, tem gestoras, por exemplo, que até vira uma discussão no preço da taxa de administração, mas ela fala que já vai fazer o serviço jurídicos. Tem gestora que contrata o serviço de advocacia. Diz que o que está acontecendo que viram nos fundos é que quem está entregando bons resultados é o Maia Brito, o preço dele é em torno de 8%, as empresas, geralmente, cobram 20% de êxito e o custo mensal dele, Douglas acha que é meio salário mínimo por processo. Os que têm interesse em trabalhar nos incentivos, por exemplo, dado que nem todo escritório quer em questão de custo e conhecendo outros cotistas, ele vem fazendo um bom trabalho. Douglas diz que o escritório advoga para a Petro, advoga para o fundo garantidor de crédito, são algumas as empresas que puxaram no trabalho de ver a “capivara” e resultados passados para ver se era uma boa contratação ou não. Douglas diz que o Instituto tinha uma ideia, no início, e o André poderá complementar, de, de repente, o Instituto ter essa contratação, mas é mais fácil ter no fundo porque as recuperações vão pra todos os cotistas, então que o fundo também pague os custos. Eliete pergunta o quanto, mais ou menos, eles ganham. Diz que viu, em outra cidade, alguma coisa de R\$ 150.000,00. Douglas diz que é por fundo e eles não tem nada direto com o Instituto. Eliete diz que não sabe como é o valor de R\$ 150.000,00 e ficou pensando se recupera o valor, mas, de repente, vai um valor alto de contrato advocatício. Douglas diz que o Maia Brito está contratado nos incentivos e em 3 meses eles recuperaram R\$ 32 mi. O antigo escritório que ficou durante 4, 5 anos, cobrava 20% de taxa de sucesso. Seriam R\$ 6 mi a título de advogado. Douglas diz que conseguiram reduzir essa taxa para 8% e em 3 meses o escritório trouxe resultado. Diz que, por exemplo, Campinas contratou o escritório pro Instituto deles. Diz que o que aconteceu, o escritório está em fundos contratados, é feito por assembleia, ele tem uma especialização em fundos que ajuda muito porque, às vezes, por exemplo, a BRPP já gosta mais de trabalhar com Vieira Rezende. Diz que quando vão contratar isso, para os ativos mais próximos de São Paulo, o Maia Brito é uma boa. Agora, esse tem que ter trânsito em tribunais para ajudar, para agilizar o processo, por exemplo, no Ceará que não conseguiu, já seria outro advogado do fundo. Diz que eles vêm também o conhecimento e a localização mais específica do advogado

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top: A signature that appears to be "Eliete".  
- Middle: A signature that appears to be "Douglas".  
- Bottom: A signature that appears to be "Maia Brito".  
- Far bottom: A signature that appears to be "Vieira Rezende".

para que tenham mais sucesso. Tudo isso é o gestor que contrata, é ele que faz essa análise. Mas ele contrata por fundo, geralmente ele coloca vários preços, ele traz as propostas e a que tem sido aprovada é, geralmente, a menor proposta dado se não tiver nenhuma busca que façam que desagrade ao Instituto, aos interesses do cotista. Eliete diz que viu que a Fip Ático também contratou o Maia Brito. Douglas diz que não. Eliete diz o Gestão Empresarial. Douglas diz que sim, como a RJI é a administradora, ela faz cotação para o cotista decidir, mas ela até sugere, na hora de fazer a cotação, quem está fazendo um bom trabalho com eles. Aí eles chamam pro preço, se ganhar no preço o cotista escolhe. Diz que, geralmente, tem chegado umas ofertas do tipo: para tal tipo de ação, um exemplo bem hipotético, um escritório R\$ 25.000,00, outro escritório, que é o mais famosinho, R\$ 150.000, o Maia Brito R\$10.000 por exemplo. Está bem mais acessível ao cotista, além dele ser especializado em investimentos. Eliete diz que vai mandar para todos o que ela achou de outras cidades falando de R\$ 150.000 e isso a assustou. Douglas pergunta se seria o fundo ou o Instituto. Eliete diz ser o fundo. Achou um valor muito alto, se conseguem recuperar o valor, mas tem valor alto, pergunta qual seria a vantagem. Douglas diz que um dos fundos que estavam em dúvida para pegar gestores do passado, o escritório fez uma análise, ele puxou a capivara, literalmente, do fundo, ele colocou que não compensa entrar com processo. O risco de sucumbência para fundo é uma porcaria, tem tudo a perder porque, a pesar de ser em gestão, não se consegue processar por ser mau gestor. Diz que possuem parâmetros para ver se compensa ou não, então já se faz um desenho. Às vezes, na proposta já vem a análise: “olha, compensa entrar”, “a estimativa pode chegar a tanto”. Diz que para tomar decisão não é só o preço, “olha, eu analisei faz sentido”, “a gente vê uma alta possibilidade de ganho” ou “a gente não vê possibilidade ganho”, aí nem contratam; todo esse raciocínio jurídico é feito antes. Eliete diz que só queria entender porque estava na mão de poucos, administradora e gestora, e achou que estava muito repetitivo alguns, mas tudo bem. Douglas diz que chamam as empresas para participar, elas que não querem. Eliete diz que achou São Sebastião e Barueri, que colocam algumas atas do comitê, e acabou lendo e viu esse Maia Brito repetitivo em alguns lugares, viu a questão dos preços e daí começou a se questionar se isso valeria a pena, até que ponto vale o escritório. Douglas diz que, pensando de cabeça, acha que R\$ 150.000 não é fundo relacionado ao Instituto, mas se Eliete tiver ele confere sem problema nenhum. Eliete diz que vai mandar. A palavra é passada à Nara, diz que a pergunta é relacionada às ressalvas, como é trimestral e já passou um tempo, a ressalva com relação às leis 17 da lei 18, provavelmente, ela vai acompanhar isso na hora que forem votar, mas a questão do abono, diz que ficou fora de tempo, entende que foi resolvido. Pergunta a Ligian se ela, Nara, não entendeu. Ligian diz que manteve porque, em junho, último mês do trimestre, ainda era pago o abono e, embora tenham deliberado ele nos finalmente de agosto, o parecer, em si, é do trimestre. A palavra é passada ao Idu que diz querer fazer um comentário sobre esse parecer do conselho fiscal que, na verdade, pra ele, traz os mesmos problemas lá de trás. Acha que só terão um parecer bom, um parecer sem problemas quando tiverem um parecer do conselho fiscal que não traga nenhuma ressalva da Nívia, da Ligian. Acha que são aquelas coisas mesmo, fundos estressados e ilíquidos e que isso vai ainda demandar um tempo ainda; as leis para se arrumar e aí terão um parecer “tranquilo” e o que esperam. Ligian diz que, na verdade, acha que caminharam para o “paraíso” porque a questão dos fundos é uma coisa a longo prazo, que são aquelas aplicações que foram feitas em gestões passadas, a grande maioria dos problemas: 2015, 2016. Por sorte, graças ao trabalho dos meninos do comitê, estão tendo essas grandes recuperações. Diz que a questão de lei, o prefeito é bem aberto para os atender; o André corre atrás e tenta fazer tudo da maneira correta. Diz que colocam porque têm que colocar, infelizmente, ela existe e não tem como passarem uma borracha no que aconteceu, mas hoje o Instituto vive tempos maravilhosos, tudo caminha da melhor maneira possível. Idu diz que é bom que coloque, para estarem sempre lembrando, que aquilo ainda existe. Sandra diz que para não fugir do foco nem da pauta, como foi uma apresentação, a pergunta será mais direcionada ao André, em relação ao CRP que foi

Idu  
Ligian  
Nara  
Sandra  
André  
FAB  
PAB  
E

concedido judicialmente até 27/9/2021. Pergunta o que podem fazer e como ficam após esse período. A palavra é passada ao André, diz que em relação ao CRP, ele é renovado automaticamente a cada 6 meses, então ele será renovado. Diz que a tendência do Instituto, hoje, para ter o CRP administrativo é em relação a um fundo que, quando da aplicação, ele já foi desenquadrado. Enquanto esse fundo não for liquidado não conseguirão resolver a questão do CRP; todas as demais pendências que possuíam pra ter o CRP administrativo já foram sanadas, inclusive, têm encaminhado, constantemente, questionamentos à Secretaria de Previdência, que é quem administra essa situação de CRP, para questionar o que é que além do que já fizeram poderão fazer porque ele é um desenquadramento passivo, ocorreu no passado, não conseguiram resolver a questão porque o fundo permanece na nossa carteira fechado até que seja liquidado, ele se encontra em processo de liquidação. Diz que até que isso ocorra, não conseguem fazer nada. Lembra aos conselheiros que, inclusive, ele e o Douglas já foram para Brasília discutir isso com outros RPPS's em questão desses fundos ilíquidos que continuam aparecendo nas carteiras dos RPPS's impedindo que os regimes próprios tenham CRP's administrativos e a esses RPPS's não há mais o que fazer a não ser aguardar liquidação. Diz que a intenção era que a Secretaria de Previdência mantivesse esses fundos numa questão de excepcionalidade, mas a pandemia atrasou todo esse processo e continuam discutindo. Em relação ao CRP, ele será renovado como tem ocorrido a cada 6 meses, esperam que a médio prazo consigam resolver também essa questão desse fundo que continua aparecendo na carteira e, sendo liquidado, não terão mais problema. Sobre a menção do Douglas na resposta da Eliete, que foi uma discussão que tiveram lá no passado quando a Eliete questiona escritório de advocacia contratado pelos fundos. Diz que aí possuem 2 coisas: realmente, a Eliete tem razão, são poucos gestores e administradores que se proponham a trabalhar com fundos ilíquidos, eles são bem que pegos a lastro, tem a lista exaustiva definida pela Secretaria de Previdência através de todas as portarias. A cada dia que passa se tem um número restrito de administradores, de gestores que querem trabalhar com esse tipo de fundo. Infelizmente, gostariam que tivessem mais concorrência e com mais solução, mas isso não acontece. Diz que isso também é uma realidade dos escritórios de advocacia pelo o que têm percebido. Diz aos conselheiros que, se lembrarem as aplicações em investimentos antigos, os fundos constavam também com assessoria, com escritórios de direito e que não traziam resultado nenhum, então é natural que os escritórios que começam a aparecer se especializem nesse nicho e comecem a apresentar resultados que os fundos ou os entes que tem fundos aplicados busquem esse tipo de situação. Por isso que os nomes acabam sendo repetidos e, às vezes, por área de atuação como Douglas mencionou. Diz que em relação ao que a Eliete mencionou, que ela fez algumas pesquisas, é interessante mesmo que ela encaminhe pra verem realmente o que é porque existem, em outros fundos de previdência ou regimes próprios de previdência, situações que são semelhantes às do Instituto. Diz aos conselheiros que, se lembrarem, tiveram vários investimentos feitos de maneira não muito adequada e que vêm falando já a algum tempo que, lá no final, provavelmente, vão sobrar esqueletos desses fundos e, a esses esqueletos, precisarão dar tratativas para que o RPPS não seja mais penalizado do que ele já foi. Além de perder dinheiro, fazer aportes adicionais. Diz que são cotistas de alguns fundos, são corresponsáveis em alguns casos, como nos casos dos FIP's, então a esses casos podem ser que tenham outros colegas RPPS's que já estejam nessa situação e contratem privadamente outros escritórios de advocacia para os defender. Diz que pode ser que o próprio Pauliprev chegue em um momento, já têm discutido 2 fundos nesse aspecto com a Procuradoria e por ser uma coisa muito específica e muito complicada esse mercado financeiro, pode ser que o próprio Pauliprev tenha que abrir uma licitação para fazer a contratação de um escritório assim. Diz que não apenas o fundo, mas às vezes, o próprio ente local pode ter sentido a necessidade de contratação, então não necessariamente o valor pode ser um percentual, mas pode ser um valor fixo. Diz que é importante que sejam feitas essas pesquisas mesmo porque os dá oportunidade de analisar cada caso que não necessariamente seja de um fundo que fazem uma

Edo  
✓  
E  
J  
Q  
Lah  
PHB  
O  
E

parte, pode ser uma contratação a parte de um escritório que é especializado nesse tipo de tratativa com busca de recuperação de recursos de fundos ilíquidos. Diz que só aproveitou, como Douglas tinha falado que já discutiram isso, já discutiram isso, inclusive, no conselho, que ia chegar um momento dos esqueletos, que iriam precisar sentar para discutir todos esses aspectos do que farão quando não tiverem mais possibilidade de recuperação de valores em defesa da própria autarquia. Agradece a Ligian o reconhecimento do trabalho do comitê. Sandra diz que o André disse que a única pendência que o Instituto tem é um fundo em vias de ser liquidado. Pergunta se é daqueles fundos de *ad aeternum*, que vai liquidar a perder de vista, quando, talvez, já estiverem “gagá”. André diz que, infelizmente, tem se demonstrado assim e por isso tem tentado fazer a gestão junto à Secretaria de Previdência para dar uma solução porque o Instituto não tem uma solução que ele próprio possa tomar as medidas e não conseguem tirar isso da carteira. *Ad aeternum* ficarão com o CRP judicial e isso não é interessante, precisam de uma solução, mas, infelizmente, essa solução está na seara local, precisam dos poderes fiscalizatórios externos que nos dêem uma solução e resolvam esses casos. Diz que, como Douglas lembrou, o ano passado discutiram isso no conselho em que tinham gestores e administradores sendo presos, diz que não podem mais ficar refém desse tipo de situação. Porque a solução pra isso não está na seara do RPPS, nem do conselho, nem da diretoria executiva. Possuem os poderes fiscalizatórios para fazer isso e, infelizmente, a coisa no nosso país ela demora muito para acontecer, mas diz que têm trabalhado para que isso aconteça. Diz aproveitar a presença do Ronaldinho na reunião, o Ronaldinho é a pessoa que mensalmente manda os questionamentos para a Secretaria de Previdência questionando sempre a mesma situação e pedindo solução para essa situação irregular perante o CRP para que possam resolver administrativamente. Sandra agradece ao André. Agradece a presença do conselho fiscal na reunião e diz que pautará na próxima reunião do conselho administrativo a deliberação sobre a apresentação de hoje. Ligian diz que encaminhará aos conselheiros e agradece. Fábio diz que a Eliete citou a questão sobre advogado, diz que andou lendo algumas coisas o ano passado e, nada contra os outros municípios, mas acha que depende um pouco do comitê de investimentos deles. Diz que o do Instituto é sem comentários. A Secretaria, a CVM, ANBIMA, Secretaria da Previdência... vê Paulínia e já falam “pronto, são eles de novo” porque estão sempre em cima. A questão sobre o escritório de advocacia, começam bem e depois, por experiência própria, desandam. Diz haver um escritório que não citará o nome, que acha que o Douglas até chegou a participar de assembleia com eles, que só tem nome. Tiveram fundo estressado que tem auditoria da EY, às vezes, a contratação é pra virar contra eles mesmos. Eliete diz que já passaram por tanto que fica sempre desconfiada de tudo, infelizmente, diz que gerou isso nela. Tudo que estão passando, até hoje, é em consequência do passado não tão distante, então, quando se começa a ver muita coisa assim em sequência ficam com receio.

**Item 03.** Apresentação sobre o cenário econômico atual e perspectivas sobre a rentabilidade de títulos públicos, ante a possibilidade de aquisição a partir de marco econômico que supere ou iguale a meta atuarial – Douglas inicia a apresentação, diz que vão bater um papo como é que tá tanto a carteira, o mercado e o cenário econômico hoje. No final, diz que colocou a carteira do Instituto pra trazer um pouco de informações até julho. Também trarão um resumo da ideia de uma grande oportunidade de investimento pra depois, eventualmente, se concretizando, fazer uma reunião específica para aquisição dos títulos públicos. Diz que o que tem hoje, os “top seven” da semana são: **risco fiscal** - começam com uma situação dos precatórios, se vai parcelar o precatório em 9 anos, se não vai, o quanto vai passar desse teto de gastos pelo governo, essa é uma preocupação do mercado que tem pra trazer de uma boa volatilidade. Isso afeta tanto na abertura da curva de juros dos títulos, como iremos ver mais a frente, como queda de bolsa, se o país está na situação que tá e não tem uma segurança o investidor tende a sair. Diz que isso é a ótica somente

Ida  
r  
e  
J  
Q  
Fato  
PHS  
E

de investimento, como brasileiro você quer que os juros fiquem o menor possível, que o país reduza sua dívida e tudo mais. Na parte de investimento diz tem que ver as oportunidades que está acontecendo, no momento, que sejam razoáveis, sejam seguras, fazer essa análise, passar pelo conselho administrativo, depois é fiscalizado pelo conselho fiscal para conseguir fazer aplicação e reverter mínimo com risco razoável, e quanto menor melhor, em rendimentos da carteira.

**Atenção institucional** - os conselheiros estão acompanhando, tem as manifestações de ontem, já vem de longa data isso, teve um ápice ontem, diz já vão ver o quanto isso reflete na taxa de juros; essa “bateção de cabeça” não é saudável, para quem está lá fora, ele interessa saber se aqui tem um ambiente bom pra investir ou não. Diz não estarem tomando partido se é a favor do governo e se é contra o governo, não estão entrando nessa esfera, a questão é que não tem um eclipse, não estão alinhados e assusta investidor. O investidor vai embora e verão a cotação do dólar, como verão a taxa de juros, acaba afetando.

**Crise hídrica** - crise hídrica nos reservatórios, gerando também não só a possibilidade de falta de água como crise energética que faz já começar a ofertar energia térmica que é mais cara, sendo mais caro afeta também os indicadores de inflação, conforme os indicadores de inflação sobem afeta também a taxa de juros.

**O PIB brasileiro abaixo do último trimestre** - veio abaixo do esperado, isso é ruim, ficou bem abaixo do esperado para se poder dizer em recuperação, isso impacta também no mercado de ações, impacta no mercado de juros porque se você está demorando mais para recuperar, se estão esperando ter bons resultados e vai demorar mais, um investidor estrangeiro, por um exemplo, que é um dos grandes players, ele olha e coloca “vou investir em outro país que eu tenho menos risco, a diferença de juros que eu tenho lá é melhor” forçando o banco central aí, mais uma vez, a subir os juros da dívida, baixa a competição de juros entre outros países, o que chamam de “rally de juros”. Diz que vão ver que a SELIC tende a subir novamente, o que acontece quando a taxa de juros sobe, até já colocou um slide disso sobre o valor do preço do título e de maneira a ilustrar, porque assim, o investidor estrangeiro que está lá fora, ele pega, basicamente, “onde que é um risco zero?” “é o dólar, é os Estados Unidos, vou investir lá. Quanto vai dar de juros lá? De zero a 1, a 2%”. Douglas diz que o título de 10 anos dele estava 1.6% a última vez que consultou. Aí o investidor coloca “o Brasil está pagando 2%, não vou pro Brasil, não compensa. Se o que eu tenho aqui de risco, que é o caixa do mundo, é a economia mais desenvolvida, é o tenho de lugar seguro para investir me paga 1,5%, ir pro Brasil pra pagar 2, eu não vou”. Diz ser um exemplo hipotético para os conselheiros entenderem melhor. Diz que, então isso força o Banco Central a vir aumentar a taxa de juros.

**Queda da produção em julho menor que a esperada** - “Mas Douglas a gente está vendo aqui, por exemplo, até queda na produção em julho, produção industrial foi menor do que a esperada, não foi maior, a queda foi maior.

**Número de empregos Estados Unidos inferior ao esperado** - tende a começar a retirar os estímulos monetários americanos. Diz que todo esse cenário tem que avaliar tanto na parte interna, ou seja, “eu tenho desemprego no Brasil de 14%, eu tenho que a produção brasileira está abaixo, que o PIB brasileiro está abaixo, então eu deveria, de repente, incentivar a economia e não aumentar juros”. Diz que, o que acontece, o grande cara que é o investidor estrangeiro, esse cara mexe no dólar. Se ele entra no país, ele chega vendendo dólar, aumenta a oferta de dólar, ele entra vendendo dólar, porque ele vai comprar reais, cai a cotação. Se ele vai embora do país embora do país, ele vai comprar o dólar pra ir embora do país, está em reais, ele vai comprar o dólar, nisso ele faz subir a cotação. Então ou você faz uns ajustes na taxa de juros pra deixar razoável a taxa de câmbio, porque de primeiro momento, o que pode aparecer: “mas Douglas, que se dane o dólar”. Douglas diz que todo o nosso consumo, boa parte dele desde trigo, por exemplo, que é o que é o que mais afeta todo o biscoito ou bolacha, pão e por aí vai, o país só produz metade do que usa, algo em torno de 6 a 7 tonelada, sendo que utiliza 12, 13, um exemplo. O país importa todo o resto, então se isso sobe, sobe o pão, sobe tudo relacionado só

Idem  
d  
&  
f  
Q  
Fabr  
715  
D  
E

nesse exemplo de cadeia. Diz que precisam pensar, também, olhando mais geral, o petróleo. A Petrobras decidiu ter a política que ela vai parer o preço do dólar do barril de petróleo; ela tem que importar porque o nosso petróleo ele não é bom, o país não tem refinaria pra ser puramente o petróleo brasileiro. Então ela tem que misturar, diz que o pouco que foi estudar a cadeia do petróleo entendeu isso, para conseguir fazer o refino, ou seja, ela tem que importar. A Petrobras também diz que vai, também como política, vai comercializar no preço internacional. Mesmo que o barril esteja estável, na casa dos 60 dólares, subindo o câmbio, vai ter que cobrar mais caro, que é o que veem no dia a dia, que está acontecendo com relação aos combustíveis. Diz que esse jogo, de maneira geral, entrando dólar ou saindo dólar, afeta, basicamente, muita coisa. Por outro lado, diz que tem o rally, porque lá fora, se o **EUA tende a diminuir os estímulos monetários**, de repente, até começar a aumentar os juros, que é diminuir a recompra e começa a ter uma pressão de aumento de juros, o pessoal vai preferir estar nos Estados Unidos onde eles consideram que é menor risco do que o Brasil. Conforme a taxa, “eu prefiro estar lá do que aqui”. Aí, “se eu vou embora” “eu” acabo de estourar de vez o câmbio. Estourou o câmbio, toda a importação brasileira, o setor de exportadores fica feliz, alegre e saltitante e o setor importador, principalmente, de bens de consumo, máquinas e equipamentos ficam muito mais caro. Diz que, por isso, o ideal de um câmbio seria R\$ 4,90 a R\$ 5,00 pra tentar dar um câmbio neutro, de equilíbrio. Diz que o que queria trazer aqui é mais ou menos o quanto afeta esse jogo político, estando certo ou errado, concordando ou não concordando, quem está lá fora não é partidário, ele está olhando e vê “tem uma estabilidade lá? Ah, não tem. Para mim investir lá vai ter que pagar mais”, é o prêmio de risco que falam, é o risco país, o risco Brasil.

- **Boletim Focus:** a previsão do das instituições financeiras, a última publicação foi dia 6 agora, segunda-feira, ele está dia 3 de setembro porque a última coleta de informação foi no dia 3 de setembro. Diz que são em torno de 130 a 140 instituições financeiras que têm equipes de análise macroeconômica e elas fornecem esses dados com o Banco Central e o Banco Central faz uma mediana. Ele traz, por exemplo, no ano de 2021, um IPCA previsto 6,88% há um mês atrás e hoje está em 7,58%, já tem uma perspectiva de inflação maior e isso força os juros. Tinha um mercado precificando, por exemplo, um PIB que iria crescer 5,30%, já cai para 5,15%. Tem a SELIC prevista em 7,25% aumentou para 7,63%. Douglas diz que toda vez que querer ter uma ideia do que o mercado enxerga, diz que veem falando bastante nisso “Ah, o mercado tá precificando, o mercado está prevendo”. Uma das fontes do mercado é esse relatório Focus do Banco Central. Ele publica semanalmente, toda segunda-feira. A coleta de dados é feita toda sexta-feira, na segunda-feira seguinte ele traz a mediana do que os agentes estão achando do comportamento dessas variáveis. Diz que até o relatório tem mais variáveis, mas as que mais utilizam são essas, o núcleo do relatório. Diz que conseguem ter uma ideia de como vai estar a taxa SELIC, por exemplo, o que preveem para 2022. Diz isso ser importante porque se, de repente, aparece um título público pagando 8%, seria uma boa pro Instituto? Se a taxa SELIC já está prevendo 7,25%, um menos o outro, já diz que não é assim que faz a conta, mas daria menos de 1% de rentabilidade real. Diz que pra isso que usam pra depois tomar decisão. Diz serem projeções. Quando brincam, quando pega no pé quando vão analistas ao Instituto, com os bancos, fazem reunião para entender o mercado, são reuniões técnicas, não de produto do banco, reunião técnica do tipo “quero entender o quê que você está fazendo para proteger essa carteira, esse fundo de investimento”. Diz que apesar dos juros estar subindo, esse processo de subida de juros, no valor presente dos títulos, que estão marcados diariamente ao mercado, ele afeta ao contrário, ele reduz o valor. Diz que vai mostrar a carteira para os conselheiros, até dos títulos públicos, sem se fazer nada, sem vender, sem de fato ter

*Edna*

*SG*

*Q*

*Fab  
PHB  
Duo*

*E*



prejuízo, se tem redução de valor na carteira no aumento dos juros. Diz ser um resumo bom quando se fala em mercado pra terem uma ideia de que tipo de decisão que vão tomar, com que dados, com que referencia que estão embasando pra terem um norte. O futuro ninguém sabe, mas conseguem ter uma ideia, um norte do que é razoável pra tomarem decisão sem fazer decisões “malucas”. Só de inflação, de janeiro a julho, tem o IPCA fechando 4,76%. A meta do Instituto é sempre o IPCA + os juros reais. Hoje, só para cobrir inflação, a carteira do Instituto tem que estar rendendo 4,76%, considerando o IPCA do ano, o acumulado. O IPCA fecha os últimos 12 meses com 8,99%, para ter uma ideia como está o processo inflacionário no país. IGPM dos últimos 12 meses está em torno de 35, 37%, muito mais volátil que o IPCA no quesito cambial. Sobre a bolsa, Douglas diz que como o Instituto trabalha na carteira de longo prazo, tem que ter uma parte de renda variável para contrabalancear porque é a longo prazo, por um exemplo, se fosse pra pagar benefício, todo o estoque que o Instituto tem será usado pra pagar isso em dezembro, não era pra estar na bolsa, há o risco de não ter o tempo de recuperar, não pode ser aplicado. Mas como o horizonte do Pauliprev é grande, conseguem investir 70% da carteira em títulos diretamente ou fundos que comprem títulos privados de boa procedência e 30% em fundos de ações de boas empresas, de bons bancos, que têm entregado resultado bastante satisfatório. Douglas diz que em janeiro inicia com 120.000 pontos, em março chega num ponto de quase 131.000 pontos e hoje está fechando a 113.000 pontos. Caiu quase 5% devido só aos fatos ocorridos ontem. Diz que saiu na sexta-feira passada que o desemprego americano está abaixo do que ele estava projetado, foi positivo. Nos Estados Unidos a taxa de desemprego é da ordem de 4 a 5% não é os 14% aqui no Brasil. Se lá que estão bem, como eles são grandes vai sobrar “ventos os bons” para cá também. Se não estão, eles já correm para um porto seguro. Na sexta-feira começa um dado ruim que vê abaixo da criação do emprego americano; chega na terça-feira tem manifestação, tem essa tensão política, gosta ou não gosta, essa tensão aconteceu. Hoje a bolsa caiu 5%, basicamente, o investidor estrangeiro diminuiu a posição no país, ou seja, nos juros que está a bolsa, do jeito que está, ele vai esperar mais um pouco para voltar. Diz que é pra mostrar o quanto que tensão política, crise hídrica, energética como é que tá ficando um país que vai ter que remunerar bem e isso vira uma oportunidade para o Instituto, queria mostrar a sensibilidade hoje, 5% caiu a bolsa, somente hoje quase um rendimento de uma famosa poupança de 6% ao ano. Sobre o dólar, mostra a volatilidade. Hoje estava fechando R\$ 5,32, em março estava quase R\$ 5,90. Despensa a R\$ 4,95 em julho, quando o Banco Central começa a fazer alteração na taxa de juros, foi uma semana de “bons ventos”, mas logo depois já começou a discussão de fura teto, tensão política, crise hídrica, energia mais cara... Aí já começa afetar todo o mercado novamente, o investidor indo embora ele vai vender, ele vai comprar dólar, disputa por compra de dólar aumenta o preço, disputa por venda de dólar diminui o valor dele, que é a oferta e demanda. Explica a inflação de custo e a inflação de demanda. Diz que isso é uma análise que quis trazer, falou um pouco de dólar, da bolsa, do IPCA e, principalmente, do principal indicador do mercado que é o Boletim Focus do Banco Central. Idu pergunta ao Douglas o quanto é especulação, o papel da especulação nessa mudança tão repentina, por exemplo, aquela manifestação toda que houve ontem, hoje, já sente uma diferença muito grande na economia. Acha que a especulação um papel muito grande nisso. Douglas diz que com certeza. Diz que há um questionamento que o comitê puxa bastante quando fazem reunião com os analistas: “qual que é seu chute do mercado?”. A exemplo, diz que o Santander está prevendo que a bolsa feche o ano em 135.000 pontos. Douglas diz “mas eu não posso usar isso de argumento para investir porque se acontecer de não cumprir você vai me ligar e falar: “Ah, Douglas, meus analistas erraram”, só que eu errando isso daí, eu vou ter que justificar o prejuízo, não tem como eu

Idu  
e  
Jo  
Q  
Fato  
PHS  
Sue  
E

olhar para o meu conselho e falar que eu acabei me equivocando, eu tenho que ter uma razoável certeza”. Cita como exemplo o caso do mercado IRB. Diz que a volatilidade do mercado é maior e, às vezes, a é tomada a decisão para depois sentir. Diz que há tem tanto fator especulativo como também o tipo de decisão, exemplifica um raciocínio com Magazine Luiza, quem comprou há 5 anos atrás hoje estaria com 100 vezes o que aplicou. Diz ser mentira porque assim que tivesse 50, 100% de rentabilidade já tinha vendido. É uma decisão que a gente acaba olhando. O fator da especulação é forte agora, o que se vê, basicamente, saindo dólar. Viram o câmbio subindo hoje, segunda ou sexta-feira fechou na beira do R\$ 5,20, já foi para R\$ 5,32. A bolsa estava suportando 120.000 pontos, 118.000 pontos que um ruído em Brasília caiu para 117.000, voltava para 120.000 e ontem já voltou para 113.000. Diz que, se está tendo crise lá em Brasília, o governo vai ter que pagar mais juros, se o governo vai pagar mais juros, primeiro “vou subir os juros da economia porque tá mostrando uma desorganização, eu vou cobrar mais caro para ter investimento do meu dinheiro no Brasil, por exemplo, eu quero maior rentabilidade se não eu prefiro não ir”. Se vai subir os juros, diz que uma parte da bolsa a gente já esperava que ia sair da bolsa, “vou para títulos públicos”. Diz que isso tá acontecendo e, basicamente, vão ver esse reflexo também. Por outro lado, é o investidor doméstico, ele sai da bolsa e compra título. Agora, quando se mexe muito tirando ou se foi uma situação excepcional, que ele acredita que não foi, alguma remessa que foi enviada pro exterior de lucro, alguma coisa assim, aí tem que comprar dólar ali naquele dia fica mais alto. Como quando, por exemplo, no final do mês eles fazem o câmbio baixar porque é câmbio de fechamento, que chamam de Ptax, que é o que é referenciado nos contratos cambiais, que tem câmbio variável. Se não essa situação, já se vê os investidores estrangeiros saindo. O cenário está feio, os índices de produção, os índices de fabricação de veículos, a inflação, tudo isso encarece o país para receber recursos então ou sobe os juros para atrair ou vão embora e aí, começa a criar, se vai subir os juros, o fluxo de caixa das empresas como é que vai ser? Vai acompanhar? Não vai acompanhar? Vai corrigir com IPCA? Não vai? A essa taxa de juros a bolsa razoável é 110.000 pontos? 115.000 pontos? E começa a especulação. Diz que, claro, quando você está com o recurso você prefere vender e ver o que recupera amanhã. Você só vai descobrir, nos próximos dias, o quanto de fato sentiu, que aí volta o pessoal “OPA não é aquela bagunça que eu pensei, está mais leve”, aí eles voltam para a bolsa e se consegue ter uma ideia. Diz que toda semana estão tendo ruído, então fica difícil até separar o que que é sinal, o que que é ruído, o que que é fato ou fake. O fator de especulação é extremamente alto, cada um faz uma análise, saem num número alvo e saem compra e vendendo tudo em cima disso. A palavra é passada ao Erick, diz que estão ouvindo falar bastante da taxação de lucros e dividendos nessa nova reforma. Pergunta o que a gente pode esperar pra gente com essa nova taxação. Como que ela pode influenciar a gente? Acha que boa não vai ser porque vão pegar mais uma parte do que a gente tanta luta pra atingir meta. Douglas diz que pro Instituto acaba não afetando pensando no seguinte sentido: diretamente, não. Porque a gente é isento, tem imunidade tributária, a gente não paga imposto de renda pelos investimentos. Então isso já não afeta a gente independente da alíquota. Agora, as empresas precisam entender o que está no Senado que vai ter alteração ou não, precisam entender qual o projeto que vai, de fato, finalizar porque ela tira de um lado, porém reduz bastante a quantia da empresa também. Então pode ser que para ótica da empresa seja melhor, vai ter mais caixa livre. Vai ser ruim pros dividendos. Em termos de mercado, Douglas diz que fazendo um “achômetro”, entende que vão entender como redução de alíquota, porém na bolsa será tributado o dividendo. Diz que essa dosagem vai ser importante para dizer se vai tá preferência ou não acho. Até antes dessa questão, o aumento da taxa de juros na hora

*Handwritten signature*

*Handwritten initials*

*Handwritten initials*

*Handwritten notes: Fato AS, Dete*

*Handwritten mark*

que chegar em patamar de 6%, 7% já fica mais interessante que a bolsa. Diz que não gosta de fazer análise quando vê que não dá pra fazer. Diz que tenta ser o mais pé no chão possível.

- **Títulos Públicos – Carteira Pauliprev ago/2021:** Douglas diz que esse é o fechamento, o título é um dos primeiros extratos que a gente recebe quando vira um mês. A carteira eles estão acabando de fechar, falta um ou 2 extratos de fundos ainda e por isso não trouxe a carteira até agosto, é até julho. Só que o título conseguiu atualizar até de agosto, ele já é mais rápido. A carteira hoje, basicamente, possui títulos comprados em 2016, 2015 e também em 2006. Todos vencem na data de 15 de agosto em 2022, em 2023, em 2024. Foram aplicados R\$ 138 mi nos totais. Essa posição, hoje, marcada a mercado, ou seja, ele afeta avaliação de preço todo, quando vão marcar na curva, um exemplo, vai fazer um empréstimo de 6 meses que vai pagar R\$ 10,00 de juros por mês, R\$ 100,00 de empréstimo. Do empréstimo, então, deve R\$ 100,00 no primeiro, R\$ 110,00 no segundo, R\$ 120,00 no terceiro, R\$ 130 no quarto. Assim vai até o 7º mês, mês a mês vai incorporando o valor dos juros e isso é uma marcação na curva, o quanto, de fato, vale esse empréstimo. Agora, se for marcação a mercado, é o valor do mercado. Exemplifica dizendo aos conselheiros imaginarem que esse empréstimo valha, no terceiro, mês R\$ 90,00, por leis do mercado tem que marcar R\$ 90, sabem que era pra valer R\$ 120, por exemplo, ou R\$ 130 conforme o mês, mas o mercado precifica em R\$ 90,00 enquanto não alterar, na data da compra, não se pediu alteração porque tem que ser feito um estudo atuarial de quanto vai impactar. Douglas diz que já pediram isso ao nosso custodiante para que as novas compras sejam feitas com marcação na curva para evitar essa volatilidade desnecessária, mas não foi feito isso antes. Foram ver que o procedimento tem que fazer uma avaliação atuarial. Já pediu a projeção de quanto seria marcado na curva, eles estão ajustando o sistema para poder dar essa resposta. A nossa custódia é no Banco do Brasil e ainda tem um parecer do gestor afirmando que ele vai ter liquidez, que não vai precisar desses recursos no prazo. Diz que, então, por enquanto, até conseguirem fazer adequadamente e atender a portaria para poder alterar a forma de marcação, terão os efeitos de volatilidade na carteira. Não significa que é prejuízo, mas é porque precisam ficar marcando o quanto é que vale. Diz que tem caixa suficiente para carregarem até o vencimento de cada um deles. Diz que o Instituto tem quase R\$ 10 mi de valor atual de mercado hoje vencendo pro ano que vem. R\$ 34 mi vencendo em 2023 e 77% da carteira é R\$ 150 mi. Diz começam a vislumbrar, assim que começar a ter esses números, uma posição de decisão, ter valor investido, taxa que fica interessante. Diz que hoje é um primeiro bate-papo pra depois fazerem uma reunião específica com o conselho. Lembra a todos que estão assistindo que o Comitê faz um “pente fino” nos tipos de decisões, tem a lei 3922 que limita em quais instituições ser investido, depois disso passam pelo conselho administrativo, depois é fiscalizado pelo conselho fiscal. Montaram uma estrutura que são quase 18 pessoas para ter alguma movimentação hoje no Instituto, tem que ter autorização dessas 18 pessoas. Diz que isso é só para tentar tranquilizar o servidor que, de repente, é a primeira vez que ele está conhecendo o método de trabalho. Dado que as taxas de títulos que foram comprados na época foi 4,86%, 4,81%, 4,72%, alguns excelentes títulos comprados em 2006, diz aos conselheiros para imaginarem se tivessem uma carteira cheia de IPCA+7. Diz que o comitê iria ao Instituto para ler o jornal Valor Econômico e tomar café. Não iriam precisar fazer mais nada, a meta já estaria batida com folga, mas não é o caso. Douglas diz que começam a vislumbrar que, em breve, se manter nessa situação, já prevendo cenário de eleições, já prevê no risco fiscal e teto de gasto, e crise energética e considerando que é uma boa

Idm  
P  
E

Jo  
Q

Fab  
PHS  
Eliete

E

oportunidade pra comprar títulos públicos, a que taxa ainda vão discutir, têm uma ideia de que, conforme a oportunidade sendo boa, sendo acima da meta atuarial, já começar a renovar esses títulos, o quanto vai depender da taxa, do prazo dos títulos. Pra já terem um título direto em carteira porque a vantagem é, a exemplo, se ele consigo comprar um título acima da meta, por 10 anos, aquele recurso tá por 10 anos batendo meta atuarial, riscos praticamente zero, que o mercado coloca como risco do governo, ele é o último a quebrar e quando ele quebrar já quebrou todo mundo, e não fica pagando uma taxa de administração e gestão. Por isso que compram título. O risco dele é o menor que existe no mercado, existe, mas é o menor. É uma dívida do governo na própria moeda dele. Douglas diz que a gente fica por 10 anos batendo meta sem ficar correndo risco em bolsa, sem ficar correndo risco de variação de taxa de juros se fizerem a marcação na curva, redução de custo, transparência, é um ótimo produto. Diz que só vê vantagem nisso. Geralmente, é o que mais rende, está protegido da inflação, Douglas diz estarem falando especificamente das NTN-B, por isso, que não comentam do Prefixado que tem um risco inflacionário. Quase 80% da carteira vence em 2 anos, no ano 2024, pretendem fazer a renovação desses títulos e, conforme a taxa for abrindo, de repente até ter mais aquisição conforme o vencimento desses títulos para terem mais tranquilidade para trabalhar e bater a meta atuarial. Mostra que na carteira o Instituto tem quase 50.000 NTNB, o valor do título PU Venda NTN-B 2024, em janeiro, era pouco mais de R\$ 4.000,00, hoje está valendo R\$ 3.800,00, perdeu R\$ 200,00 na marcação. Quem ficou com o título ficará com a rentabilidade contratada. Só na marcação da carteira, perdeu 5% no ano. Só com a alteração de juros, de cenário econômico, cenário político, de taxa de juros, de dólar, de bolsa. Douglas diz que terminamos dezembro com R\$ 201 mi em títulos públicos custodiados no Banco do Brasil, não teve movimentação nenhuma dos títulos e a gente começa a ver o quanto que a marcação a mercado derrubou o valor desse título, só com variação de taxa de juros. Quase R\$ 8 mi de perda, sem fazer nada. Diz que, se o preço da NTN-B está caindo, é porque tem taxa subido, a famosa abertura da curva na linguagem do mercado. Diz que o Banco Central é o tomador de preço e descreve a dinâmica de compra do título público. Mostra a comparação de variação de duas cotações, Douglas diz que já está próxima a meta atuarial que, esse ano, é de IPCA + 5,43%. Diz estar ficando interessante a compra direta de título público. Por enquanto, diz que estão pregando títulos de 10 anos porque estão 4,79. O de 2055 estão pagando 4,80 ou 4,89. Pergunta: “você vai aumentar 25 anos a mais de prazo por causa de 0,10”. Diz que a curva está meio flat, ela dá uma achatada boa, ela não fica muito proporcional, onde compensaria “olha, eu aceito pegar o título de 30 anos, mas eu quero mais juros”. Como aumenta 25 anos de prazo para aumento de 0,1 o mercado todo está entrando, principalmente, no de 10 anos. Sandra diz que como já havia dito aos conselheiros, tem um compromisso pessoal e precisará se retirar da reunião, mas continuará acompanhando pelo pelo Youtube. Pede ao Idu, o vice-presidente do conselho para assumir a condução do restante da reunião. Agradece a todos, principalmente, ao comitê de investimento e a brilhante apresentação, como sempre, do Douglas. Fábio diz que, como Douglas falou, o Tesouro IPCA 2035 4,81%; para 2045 4,81% também. Douglas diz que esse último leilão que teve na segunda-feira que, às vezes, não estava planejado, não tinha planejamento de ter. Foi feito o leilão, solta portaria um dia antes ou até durante o dia de manhãzinha e faz leilão. Ele (o tesouro nacional) conseguiu vender todos os títulos que ele queria a oferta de 150.000 com vencimento em 2030 a 4,69%. Se você olhar 2055, com 25 anos a mais dívida, 4,89, 0,2%. Sendo que, de repente, pelo prazo se você fazer uma interpolação deveria ser um 5,2%, algo assim, para se compensar ficar 35 anos dentro de um título. Os de 10 anos estão muito mais interessantes do que os que possuem muito

Idu  
E  
S  
Q  
Fab  
DAS  
Eliete  
E

mais prazo, além da gente ter na quantidade a ser aplicada porque tem todo um fluxo atuarial ser respeitado. Há a intenção de levar o título até o vencimento. Douglas diz que a marcação na curva, é feito o compromisso de que vão ficar com o título até o vencimento. Se precisar vender, será vendido no valor que estivesse hoje. Acredita que, se manter esse movimento, tende em breve de chamarem uma reunião específica como têm feito em nome da transparência com algum raciocínio de quantidade de valores.

- **Meta Atuarial 2022** - Sobre a meta atuarial, a portaria coloca que a taxa deste ano será de 4,90% por causa da duration do passivo de 19 anos do Instituto. O máximo é 4,90%, pode diminuir, pode aumentar e Douglas explica o porquê do tabelamento. Diz que 4,90% já está superior há alguns títulos na carteira, se não for por causa da meta atuarial, pelo menos, querem melhorar os que o Instituto já tem em carteira futuramente. Lembra que a cada 6 meses, geralmente, no mês de fevereiro e agosto tem pagamento de cupom, valor fixo de 2,98% mais ou menos por título por valor investido. Diz que para ter uma ideia se esse preço é bom ou ruim, dado que tem bastante volatilidade, pegaram a taxa média do título IPCA mais a taxa com o título de 10 anos dos últimos 5 anos a partir de 2016 e foi feita uma média. Em 2019, 2020 e 2021 caiu para 3,75%, diz que é aqui que mostrar, hoje o ganho está quase 1%, está quase 4,70%, 4,75%, 4,80% depende vencimento. A média geral dá em torno de 4,62%, 4,73% um outro parâmetro que ele trouxe para os conselheiros terem conhecimento da taxa de título. Diz que estão estudando para ter sugestões de valores a comprar, de que taxa comprar. Como tende a pagar mais, só que não sabem dizer quanto, podem acontecer 2 cenários: a compra a 4,90% e vão comprando aos poucos e depois 2 meses estarem pagando 5,5%, então esses 4,90% já não foi tão bom ou, de repente, ele chega a 4,90% e volta para 4% ou seja 4,90% foi um espetáculo. Diz que entendem que vai passar dos 4,90%, só que o comitê não sabe o quanto. Aí, estariam fazendo um exercício, literalmente, de futurologia. Diz que não podem fazer isso, é dinheiro público. Precisam zelar o máximo possível.
- **Metodologia de Compra** - os nossos títulos por contrato, o Banco do Brasil e a Caixa que participaram desse ano, o Banco do Brasil acabou ganhando de menor preço. A custódia está nele. Para efeitos de transparência, para efeitos de concorrência, pode-se cotar o título em qualquer instituição financeira que seja Dealer ou as corretoras que eles permitem. Pode-se comprar no mercado secundário só que o que acontece: as instituições pegam em primeira mão no leilão, aí elas fazem negociação no mercado secundário, ou seja, já chega com uma taxa de intermediação. Douglas diz que, então pretendem comprar no leilão, que ocorre geralmente terça sim, terça não, conforme o vencimento das NTN-B, às vezes, de quinta-feira também, o Banco Central solta e vão acompanhando. Diz que uma das coisas que faz, diariamente, é acompanhar a agenda do Tesouro Nacional para saber se vai ter que compra, se vai ter venda porque, daí o preço é o melhor possível e o comitê fará cotação. Diz que farão a concorrência de cotação, com sistema padronizado, será por e-mail, verão qual dos 4 grandes bancos (Banco do Brasil, Caixa, Itaú e Santander) oferecerão o melhor preço, ou seja, a maior taxa para o Instituto de rendimento e depois a operação será liquidada no Banco do Brasil, o custodiante do Instituto. Douglas explica o que seria a custódia. A palavra é passada à Nara, disse que Douglas comentou, no início da sua fala, que teve toda a projeção, todo o estudo que é feito pra chegar que o Instituto tem condições financeiras de comprar. Pergunta se seria possível, quando da tomada de decisão, fazer uma apresentação mais simplificada para entenderem esse raciocínio do fluxo de caixa por 10 anos, não nos moldes que o atuário faz por ser mais complexo, seria uma coisa mais simplificada para tomarem uma decisão também pautada nesse equilíbrio econômico. Pergunta se a marcação na curva só pode ser para os títulos

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Fato  
PAB  
Eliete*

*Handwritten mark*

públicos? Douglas diz que, da primeira pergunta, com certeza apresentação os raciocínios, como é estratégia de investimento, tem um monte de raciocínio. Vão apresentar o que que é o razoável dado o fluxo atuarial previstos, dado os aportes previstos, o que consideram como margem segura. Diz que, basicamente, estão fazendo um exercício de ALM, que é administração de passivos e ativos e, por isso, usam esse déficit atuarial. Diz que vai ser passado pelo conselho, quiseram começar a introduzir a conversa pra já irem amadurecendo a ideia que os títulos voltaram a ficar interessante em termos de meta atuarial. Entendem ser excelente o título com vencimento para 10 anos e estão estudando, internamente, o quanto seria razoável a margem de segurança que precisam ter para uma liquidez tranquila, sem comprometer. Diz que a lógica da precificação é a distribuição de riqueza entre cotistas. Dá o exemplo os fundos de títulos que precificam somente na curva, são fundos fechados para resgate então, por exemplo, pede aos conselheiros para imaginarem compra de um título público valendo R\$ 100,00 em janeiro, chegou em julho ele estava valendo R\$ 200,00 cada um, só que você é cotista e você precisou fazer um resgate. Se foi marcado na curva do papel, teria R\$ 110,00, você receberia R\$ 110,00 em uma coisa que no mercado que está valendo R\$ 200,00 ou ao contrário se teria o risco de receber 110,00 e de repente esse papel estar valendo 50,00. Aí os cotistas que ficarem eles podem ter mais ganhar mais riqueza porque o cotista que saiu, um exemplo, deixou riqueza para trás ou eles podem ficar com menos riqueza se, de repente, for o caso que valha R\$ 100,00 e conseguiu sair a R\$ 200,00. Diz que, por isso, que são obrigados, não é opção, quando há liquidez, liquidez diária, liquidez curta, há a obrigação de marcar na curva de mercado. Diz estar aí essa necessidade de ter um marcar todo dia. Diz aos conselheiros para imaginarem se os fundos ilíquidos não fossem marcados a mercado, poderiam “bater” nas corretoras agora e pedir os valores aplicados e corrigidos porque eles não estariam refletindo a realidade do ativo. Nara diz que Douglas respondeu suas perguntas, achou de bom tom retomar o que já tinham conversado. Douglas diz que, por isso, a Secretaria de Previdência exige que comprove que vai ficar até o vencimento, aí são autorizados a marcar na curva, justamente, para de repente não teu descuido de estar ali marcando uma coisa na carteira de R\$ 200 mi que vale R\$ 10 mi, tem que garantir para a Secretaria de Previdência que o Instituto tem condições financeiras, os títulos daqui a 10, 15 anos têm condição, nesse valor, de ficar tudo guardado, a gente só vai recolher rentabilidades, não vão precisar vender. Diz que é esse o cuidado que o comitê está tendo de qual é esse valor, em qual taxa, o que já sugerem que seja, pelo menos, a taxa atuarial. Idu pergunta se podem aplicar para 35 anos, a exemplo, e vender esse título a preço de mercado no momento em que precisar, talvez com 10 ou 15 anos. Douglas diz que não ficam obrigado. Diz que o quanto está pagando para 10 anos está compensando mais que ficar esperando 35 anos. Dá um exemplo de título que abre 2035, paga 6%. Em vez de ir até 2030 pagando 5, mais 5 anos pagar +1% ao ano compensa. No estudo atuarial projetado, no exemplo, é R\$ 1 bi em patrimônio nesse ano, mesmo hoje tenha R\$ 1,3 bi não se pode ir lá e comprar tudo porque sabem que vão ter que vender antes. Essa é a comprovação que precisam fazer para poder fazer marcação na curva. No entanto, diz que se precisar vender, pode. A liquidez é diária e pode vender a qualquer momento a preço de mercado. Diz não saber dizer se ganhariam ou perderiam. O risco seria se estiverem em situação de crise, podem acabar estragando toda a rentabilidade contratada por causa da necessidade de liquidez, olhando pior das hipóteses que é a mais segura para tomar decisão. Estão pensando na margem de segurança para não ter dor de cabeça até 2050, só que olham hoje o quanto os títulos estão pagando em 2050, está muito pouco ao do “a mais” para 25 anos. Então vão entrar em 10 anos. Douglas diz ao Idu que podem deixar a apresentação de análise da carteira para a próxima

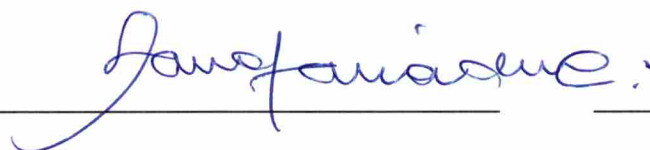
reunião para não ficar cansativo. Idu concorda. Fábio solicita que o Douglas envie o material aos conselheiros. Douglas diz que enviará.

**Item 04.** Assuntos diversos fica para a próxima reunião.

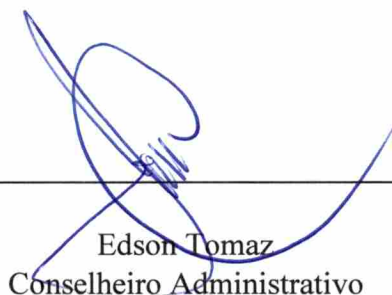
O Vice-Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos, justificou a Sandra precisar ausentar-se do término da reunião e finalizou a transmissão.

Término às 20:22h.

Paulínia, 08 de setembro de 2021



Sandra Ariadne Casassa  
Presidente Conselho Administrativo



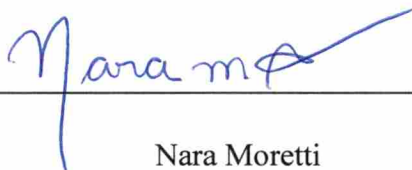
Edson Tomaz  
Conselheiro Administrativo



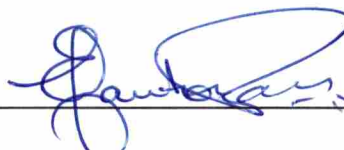
Fabio Ceconelo  
Conselheiro Administrativo



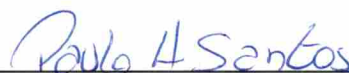
Idu Ribeiro  
Conselheiro Administrativo



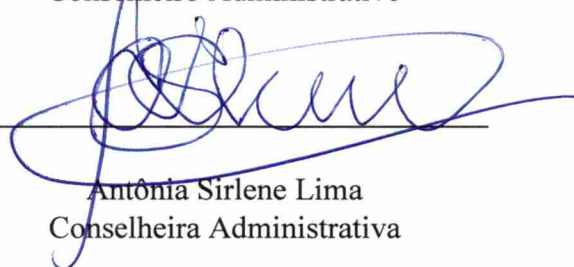
Nara Moretti  
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva  
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos  
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima  
Conselheira Administrativa



---

Eliete Maria da Silva  
Conselheira Administrativa





Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**  
**08 de setembro de 2021 – 18:00 horas**

**Reunião Ordinária**

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	Paulo H. Santos
3	ERICK SANTOS PAIVA	Erick Santos Paiva
4	FÁBIO CECONELLO	Fábio Cecconello
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	Sandra Ariadne Casassa
6	NARA MARTINS MORETTI	Nara Martins Moretti
7	IDU ALBINO RIBEIRO	Idu Albino Ribeiro
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	Antonia Sirlene Lima
9	ELIETE MARIA DA SILVA	Eliete Maria da Silva


**PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

**DATA: 08/09/2021 às 18:00h**

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 02/08/2021;
- 2) Apresentação do Relatório Trimestral pelo Conselho Fiscal, referente ao segundo trimestre de 2021;
- 3) Apresentação sobre o cenário econômico atual e perspectivas sobre a rentabilidade de títulos públicos, ante a possibilidade de aquisição a partir de marco econômico que supere ou iguale a meta atuarial;
- 4) Assuntos diversos.

Paulínia, 02 de setembro de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA  
Presidente do Conselho Administrativo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DO EXERCÍCIO DE 2021.**

Aos **dezessete dias do mês de agosto de 2021, as 08h00min**, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos e **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação referente aos meses de **abril, maio e junho do exercício de 2021**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

**I. RECEITAS**

Nos meses de abril, maio e junho de 2021 constatamos os devidos **REPASSES** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal e seus devidos aportes (conforme Lei n. 3738 de 23/12/2019); dos recursos provenientes do COMPREV e dos valores recebidos referentes aos parcelamentos CADPREV (contratos nº s 406 e 408/2020). Todos os comprovantes como APR' s, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

2021 Regime de Caixa	REPASSES		RESSARCIMENTO PERÍCIAS (*)	PARCEL. CADPREV	COMPREV
	PMP	CÂMARA			
<b>ABR</b>	<b>13.067.177,21</b> 4.230.607,21	<b>262.583,13</b> 77.944,48	51.286,68	398.441,27 008/200	-
<b>MAI</b>	<b>13.126.729,17</b> 4.230.607,21	<b>258.170,99</b> 77.944,48	55.657,44	401.601,14 009/200	1.585.191,84 (**)
<b>JUN</b>	<b>13.130.031,14</b> 4.230.607,21	<b>249.173,14</b> 77.944,48	46.328,97	406.856,64 010/200	792.595,92

(\*) Ressarcimento Perícias – Convênio SMRH 001/2020

(\*\*) Referente ao pagamento dos meses de abril e maio de 2021

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela acima, sendo que conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2021 serão considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia.

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO de 2021.

## II. DESPESAS

As despesas previdenciárias relacionadas ao pagamento de aposentadorias e pensões se mantiveram dentro do previsto com um aumento de 40 (quarenta) concessões de aposentadoria e 02 (dois) processos de pensão no trimestre.

Os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>

Mês 2021	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	ATIVOS	CONSELHO	CUSTO ADM
<b>ABR</b>	<b>10.516.580,53</b> 58.442,98(*) (1309)	<b>675.405,16</b> 1.112,66(*) (121)	<b>287.700,73</b> 10.352,44(*) (31)	<b>39.977,00</b>	<b>411.220,15</b>
<b>MAI</b>	<b>10.808.474,56</b> 47.043,68(*) (1340)	<b>697.717,69</b> 2.716,62(*) (123)	<b>280.404,62</b> 2.826,00(*) (31)	<b>33.919,90</b>	<b>396.064,72</b>
<b>JUN</b>	<b>14.509.826,04</b> 3.727.083,17(*) (1349)	<b>974.151,89</b> 296.353,42(*) (123)	<b>283.353,08</b> 19.043,68(*) (31)	<b>33.919,90</b>	<b>390.814,46</b>

(\*) Parcela 13º salário

2021 (*)	ABRIL	MAIO	JUNHO
RECEITAS (Exceto extra e de orçamentárias valorização de investimentos)	14.311.251,13	16.873.810,08 (**)	15.483.977,93
DESPESAS	11.603.205,84	11.903.161,02	15.874.792,39 (***)
<b>SALDO FINANCEIRO (*)</b>	<b>2.708.045,29</b>	<b>4.970.649,06</b>	<b>-390.814,46</b>

(\*) Tabela meramente ilustrativa para fins de visualização de saldo financeiro aproximado.

(\*\*) COMPREV e Remunerações

(\*\*\*) Pagamento 13º salário

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO de 2021.

### III. FINANCEIRO

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
<b>ABRIL</b>	<b>1.339.208.687,80</b>
<b>MAIO</b>	<b>1.361.299.207,34</b>
<b>JUNHO</b>	<b>1.363.894.231,49</b>

A maior parte do patrimônio do instituto continua alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo os maiores gestores: Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional.

VALORIZAÇÕES E DESVALORIZAÇÕES		
<b>ABRIL</b>	Bahia BBM Val +5,48% Itaú Mom30 +3,57% Icatu Vanguarda +3,39%	Firf Pyxix -1,17% BBIF Master -0,75% Gestão Empr -0,50%
<b>MAIO</b>	Itaú Dunamis +7,67% Bradesco Selec +5,99% Icatu Vang +5,25%	Tower Bridge -16,58% Firf PYXIS -0,88% BBIF Master -0,75%
<b>JUNHO</b>	Firf Pyxix +8,75% Illuminati +7,45% Icatu +5,06%	Ático -1,39% Itaú Mom30 -1,18% Infra Real -0,79%

No mês de abril, além de grandes amortizações, os rendimentos mais significativos foram observados na renda fixa e variável, sendo que os fundos de ações tiveram rendimento médio de 3%, porém o desempenho da carteira caiu devido ao rendimento negativo dos fundos ilíquidos.

Em maio, embora também tenha ocorrido significativos rendimentos nos fundos de ações, houve reprocessamento da carteira em 13/05/2021 com precificação do ativo "Bittenpar" o que impactou negativamente a carteira.

Em junho observamos um saldo de R\$ 764.762,77 no Fundo Incentivo Multisetorial I A/B, que, de acordo com o Comitê de Investimentos, ocorreu por conta da troca de gestor e acordo junto a Dulcini, o que pode proporcionar mais recuperações. Já no Fundo Ático Geração de Energia observamos o valor de R\$ 1.165.123,99 referente à nova precificação de ativos, no entanto sem expectativas de recuperação.

	<b>Illuminati</b>	<b>Infra Real</b>	<b>Fundo W7</b>	<b>TMJ</b>	<b>Haz</b>
<b>Amortizações</b>	2.760.356,35	9.935,56	27.620,82	1.137.934,45	
<b>Distribuição de Rendimentos</b>		1.648,09			45.021,12
<b>Rendimentos Títulos Públicos</b>	938.014,11				

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO de 2021.

FUNDO	ABRIL	MAIO	JUNHO	ENQUADRAMENTO
<b>Renda Fixa - Artigo 7º, Inciso IV a.</b>				
Santander RF Ativo FIC	41.167.061,19	41.304.428,68	41.427.557,56	196.087.268,35 14,38%
Inst. ALOC DinamicII	68.957.900,70	69.144.666,90	69.342.687,06	
Santander Inst. RF DI	14.039.037,89	13.995.037,56	9.946.424,89	
BB Prev Perfil	54.806.204,23	59.281.677,50	63.796.777,90	
TMJ IMA B FI RF	12.753.438,73	12.129.099,67	11.573.820,94	Limite 40%
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso III a</b>				
FIRF PYXIS Inst IMAB	7.197.433,30	7.134.102,51	6.965.071,14	32.738.253,10 2,40%
Tower RF FI IMAB-5 II	11.720.221,41	11.742.118,14	11.689.420,99	
Tower RF FI IMAB-5	16.909.455,59	14.105.470,17	14.083.760,97	
<b>RENDA FIXA - Artigo 7º, Inciso I, b</b>				
Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica	265.634.114,59	270.819.630,67	271.769.287,53	424.043.455,34 31,09%
Alocação AT RF Previd.	153.024.910,02	153.430.873,81	152.274.167,81	
<b>RENDA FIXA - Art. 7º, Inciso I a</b>				
Carteira Longo Prazo NTN-B	197.694.615,14	197.986.370,65	197.467.078,16	197.467.078,16% Limite 100%
<b>CRÉDITO PRIVADO - Artigo 7º, Inciso VII b</b>				
Piatã RF LP	16.656.709,93	16.635.391,10	16.609.329,73	16.609.329,73 1,22% Limite 5%
<b>RENDA FIXA FIDC - Artigo 7º, VII, a</b>				
GGR Prime I FIDC	11.237.167,75	11.203.332,48	11.206.527,04	41.341.583,84 3,03%
Illuminati FIDC	26.444.640,22	23.519.216,64	11.206.527,04	
LEME Fidec Senior	5.639.597,21	5.643.116,68	5.649.742,67	
BBIF Master FIDC LP	148.757,22	148.059,31	147.353,10	
Incentivo Mult. A/B	0,00	0,00	764.762,77	Limite 5%
<b>MULTIMERCADO - Artigo 8º, Inciso III</b>				
FI Multimercado SCULPTOR	37.508.197,19	37.722.435,14	37.784.242,09	37.784.242,09 2,77% Limite 10%
<b>IMOBILIÁRIO - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Hazz	12.356.717,66	12.374.187,04	12.547.759,53	26.256.197,68 1,93%
BR Hotels Fil	12.702.399,87	12.685.991,04	12.669.553,35	
Infra Real Estate Fil	1.028.025,95	1.028.266,63	1.038.884,80	
<b>FIP - Artigo 8º, Inciso IV</b>				
Infra Saneamento	15.603.657,64	15.589.986,17	15.573.156,29	48.801.153,39 3,58%
W7 FIP/Infrapec	2.144.653,06	2.114.457,82	2.111.899,02	
FIP/Ático G Empres	596.343,65	617.911,05	614.871,11	
Ático Florestal FIP	4.318.925,57	4.315.560,65	4.312.212,62	
FIM FP1/FP2 LP	25.025.271,07	25.025.667,58	25.023.890,36	
Ático Ger. Energia	463.052,37	460.912,78	1.165.123,99	
<b>AÇÕES - Artigo 8º, II</b>				
Geração FIA	41.341.259,07	43.398.209,95	43.455.378,11	342.765.669,81 25,13%
Momento 30	47.841.572,44	49.991.597,64	50.890.677,22	
Bahia BBM Val II FIC F	43.365.129,76	44.592.885,68	44.344.153,42	
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	53.034.876,35	55.823.370,38	55.472.693,22	
Itaú Ações Dunamis FIC	73.166.229,37	78.778.276,44	78.612.031,33	
Bradesco FI Ações S	64.681.111,66	68.556.898,88	69.990.736,51	

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas aos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO de 2021.

## **PARECER TÉCNICO**

### **1. CRP**

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899.

### **2. CÁLCULO ATUARIAL**

Com base na Lei nº 3759/2020 datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

### **3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA**

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da Lei nº 3768 de 30/04/2020 que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprevi, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas está em dia.

### **4. RECEITAS X DESPESAS**

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, pagamento do parcelamento, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário em relação as despesas de mesma natureza no segundo trimestre.

### **5. PREVIDÊNCIA**

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e acompanhou as notificações do TCU, sendo que os apontamentos estão relacionados a: migração de servidores para o regime próprio, irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço). No entanto, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas nesses apontamentos, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. Salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) devem ser revisadas pela Procuradoria Jurídica adotando-se os parâmetros disciplinados nas leis federais vigentes. Quanto ao abono (Leis Ordinárias 3345 e 3346/2013) verifica-se a ausência de recolhimento previdenciário.



mauro



## **6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

O conselho acompanhou a postura do comitê no trimestre que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, alguns tiveram performance positiva, uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos. Devemos salientar importantes amortizações e rendimentos de títulos públicos, mas também a precificação de ativos.

### **CONCLUSÃO DO PARECER**

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

As conselheiras Nívia, Ligian e Márcia, **APROVARAM com ressalvas** as contas do segundo trimestre em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001, bem como a do abono salarial. Importante registrar que se faz necessária a regularização dentro dos limites legais, a fim de não causar novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto a fragilidade das referidas leis.

Os conselheiros Reginaldo e Ademir **APROVARAM** as contas, por entenderem que todas as medidas necessárias quanto à regularização do CRP, vem sendo tomadas pela atual Diretoria junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social.


Todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria nas regularizações necessárias, bem como o empenho da mesma junto com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, fruto de aplicações ocorridas em gestões anteriores.

Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas dos meses de abril, maio e junho do exercício de 2021.

Paulínia, 17 de agosto de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

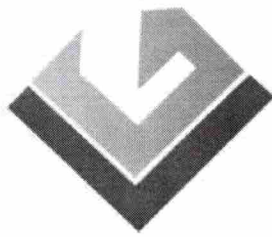
  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal





**Pró-Gestão**  
RPPS

**2021**

**REUNIÃO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

## **TÓPICOS DO MOMENTO**

### **RISCO FISCAL**

**TENSÃO INSTITUCIONAL (CONGRESSO, GOVERNO, STF)**






**CRISE HÍDRICA/ENERGÉTICA**

**PIB BRASILEIRO ABAIXO DO ESPERADO DO ÚLTIMO TRIMESTRE**

**QUEDA DA PRODUÇÃO EM JULHO MAIOR QUE ESPERADA**

**NÚMERO DE EMPREGOS (EUA) INFERIOR AO ESPERADO.**

**RETIRADA DE ESTÍMULO MONETÁRIO AMERICANO**

	2021			2022			2023			2024		
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*
<b>IPCA (%)</b> 	6,88	7,27	<b>7,58</b>	▲ (22)	3,84	3,95	<b>3,98</b>	▲ (7)	3,25	3,25	<b>3,00</b>	≡ (6)
<b>IPCA (%)</b> últimos 5 dias úteis 	6,94	7,46	<b>7,76</b>	▲ (22)	3,85	3,92	<b>3,98</b>	▲ (1)	3,25	3,25	<b>3,00</b>	≡ (1)
<b>PIB (var. %)</b> 	5,30	5,22	<b>5,15</b>	▼ (4)	2,05	2,00	<b>1,93</b>	▼ (1)	2,35	2,35	<b>2,50</b>	≡ (78)
<b>CÂMBIO (R\$/US\$)</b> 	5,10	5,15	<b>5,17</b>	▲ (2)	5,20	5,20	<b>5,20</b>	≡ (12)	5,07	5,07	<b>5,05</b>	▲ (1)
<b>SELIC (% a.a.)</b> 	7,25	7,50	<b>7,63</b>	▲ (1)	7,25	7,50	<b>7,75</b>	▲ (1)	6,50	6,50	<b>6,50</b>	≡ (19)

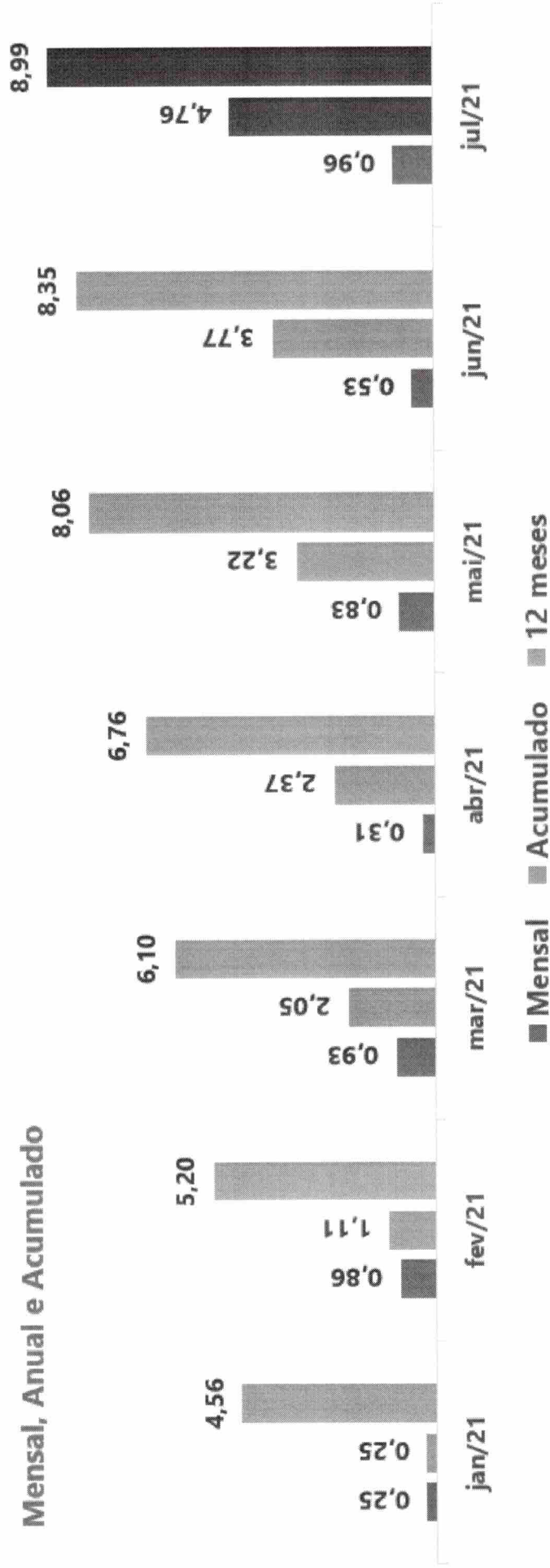
\* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição ≡ Estabilidade  
em relação ao Focus anterior

Fonte: Banco Central

# IPCA

Mensal, Anual e Acumulado



Fonte: IBGE  
Elaboração própria

**IPCA 15 - AGOSTO/2021 + 0,89%**

**113.437,50**

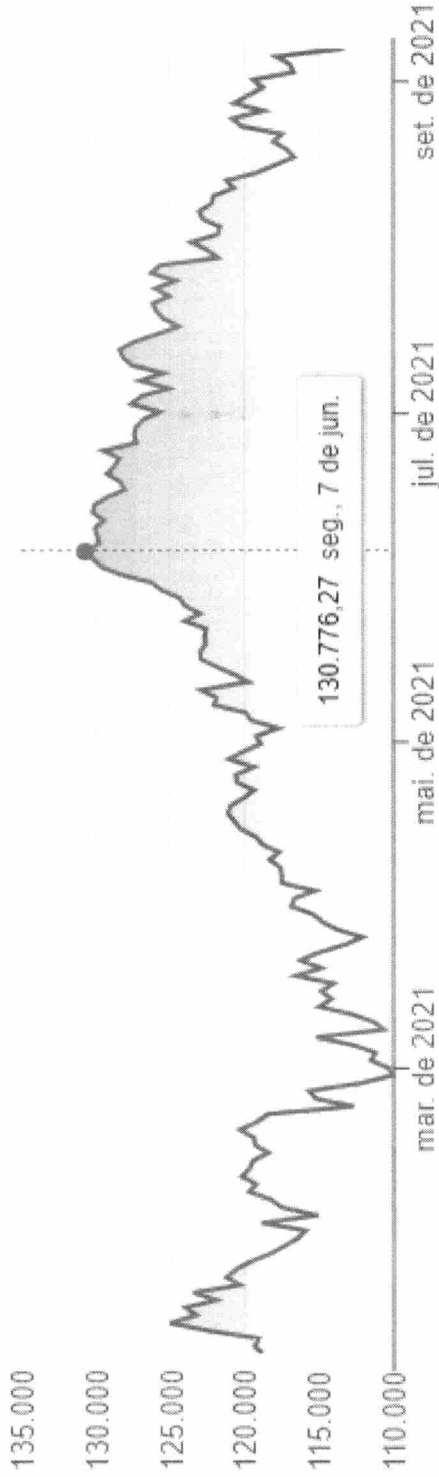
INDEXBVMF: IBOV

✓ Seguindo

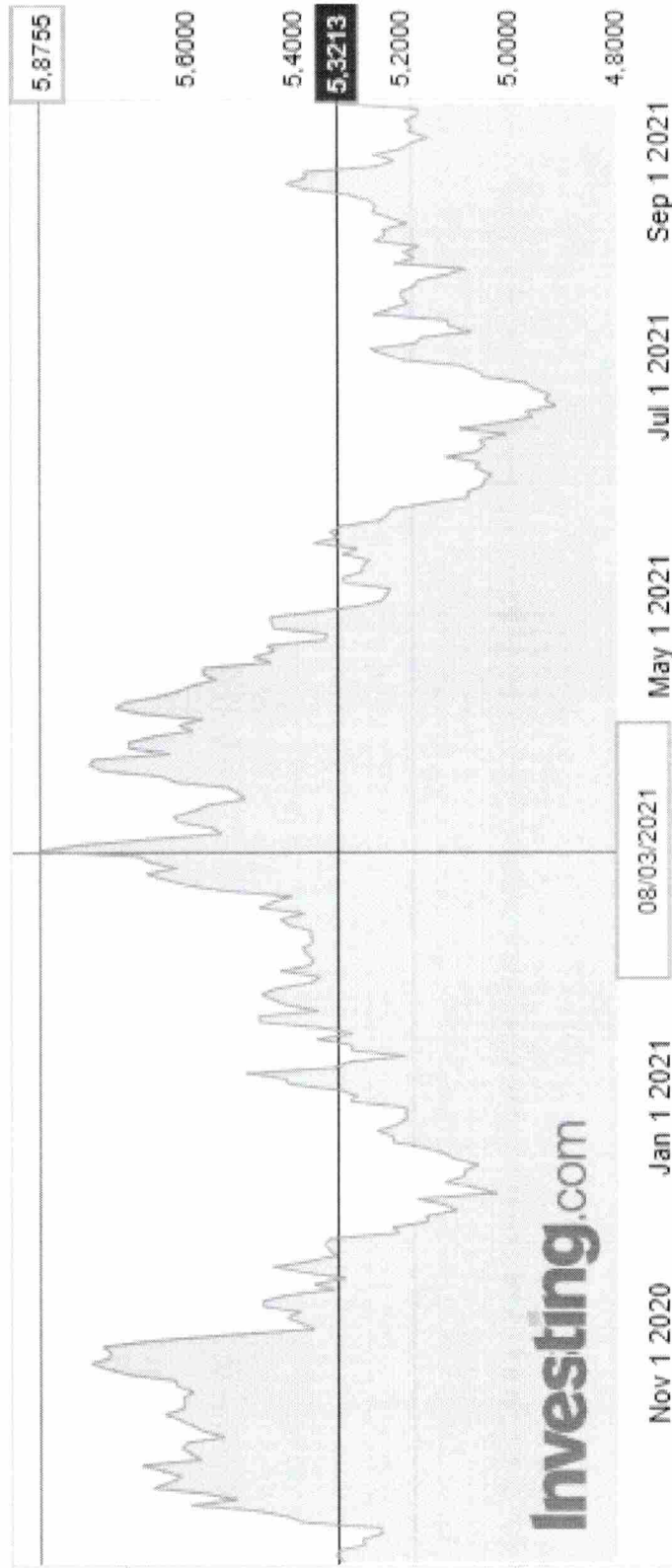
-5.403,21 (-4,55%) ↓ acumulados no ano

8 de set. 17:08 BRT · Exoneração de responsabilidade

1 D | 5 D | 1 M | 6 M | YTD | 1 A | 5 A | Máx



USD/BRL - Dólar Americano Real Brasileiro  $\uparrow$  5,3213 +0,1521 (+2,94%)



Investing.com

# TÍTULOS PÚBLICOS

## CARTEIRA PAULIPREV AGO/2021



**Posição de TPF (Agosto/2021) - NTN-B**

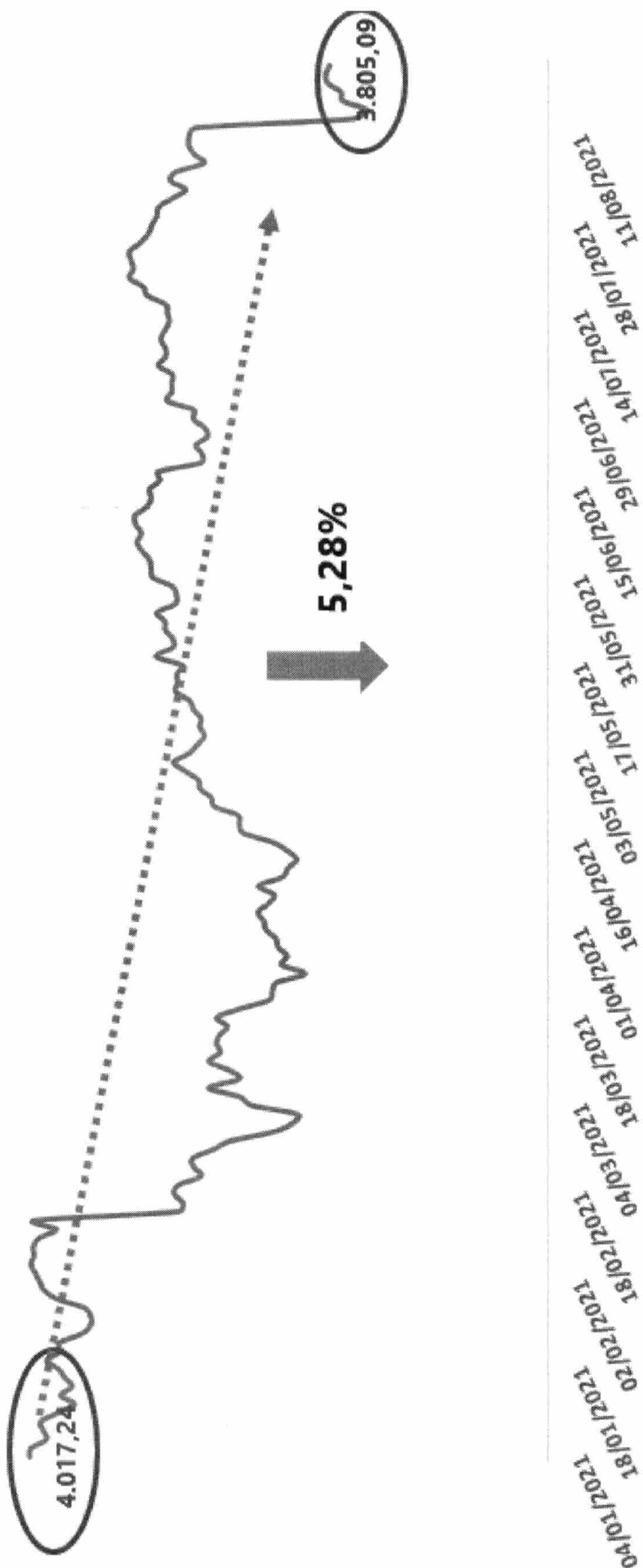
Aplicação	IPCA+	Vencimento (15/Ago)	Qtde	Aplicação	Valor Atual	Participação	Venc %
01/06/2016	4,504791	2022	2500	R\$ 7.907.952,26	R\$ 9.364.007,12	4,85%	4,85%
26/08/2015	7,179403	2023	9000	R\$ 23.025.478,24	R\$ 34.461.921,86	17,86%	17,86%
14/02/2006	7,000004	2024	5020	R\$ 7.387.093,29	R\$ 19.137.766,28	9,92%	
15/02/2006	6,999995	2024	2100	R\$ 2.993.815,91	R\$ 8.005.838,48	4,15%	
13/01/2016	4,727245	2024	10000	R\$ 30.328.385,54	R\$ 38.123.040,39	19,76%	77,29%
13/01/2016	4,727245	2024	2000	R\$ 6.065.677,11	R\$ 7.624.608,08	3,95%	
18/01/2016	4,814744	2024	10000	R\$ 30.222.722,96	R\$ 38.123.040,39	19,76%	
19/01/2016	4,868868	2024	10000	R\$ 30.143.802,58	R\$ 38.123.040,39	19,76%	
					<b>R\$ 149.137.334,01</b>		

**R\$ 138.074.927,89 R\$ 192.963.262,98**

Fonte: Extrato custódia Banco do Brasil fechamento 08.2021  
Elaboração própria



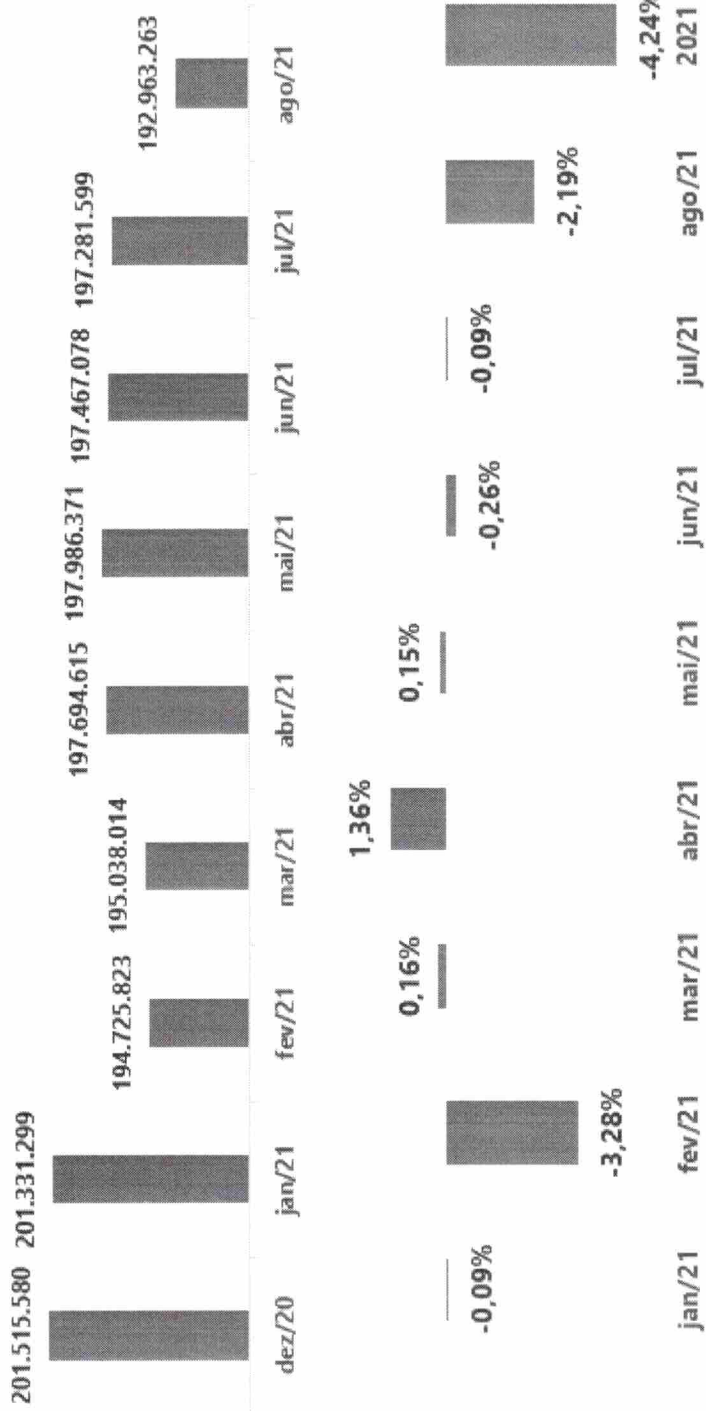
### PU Venda NTN-B 2024



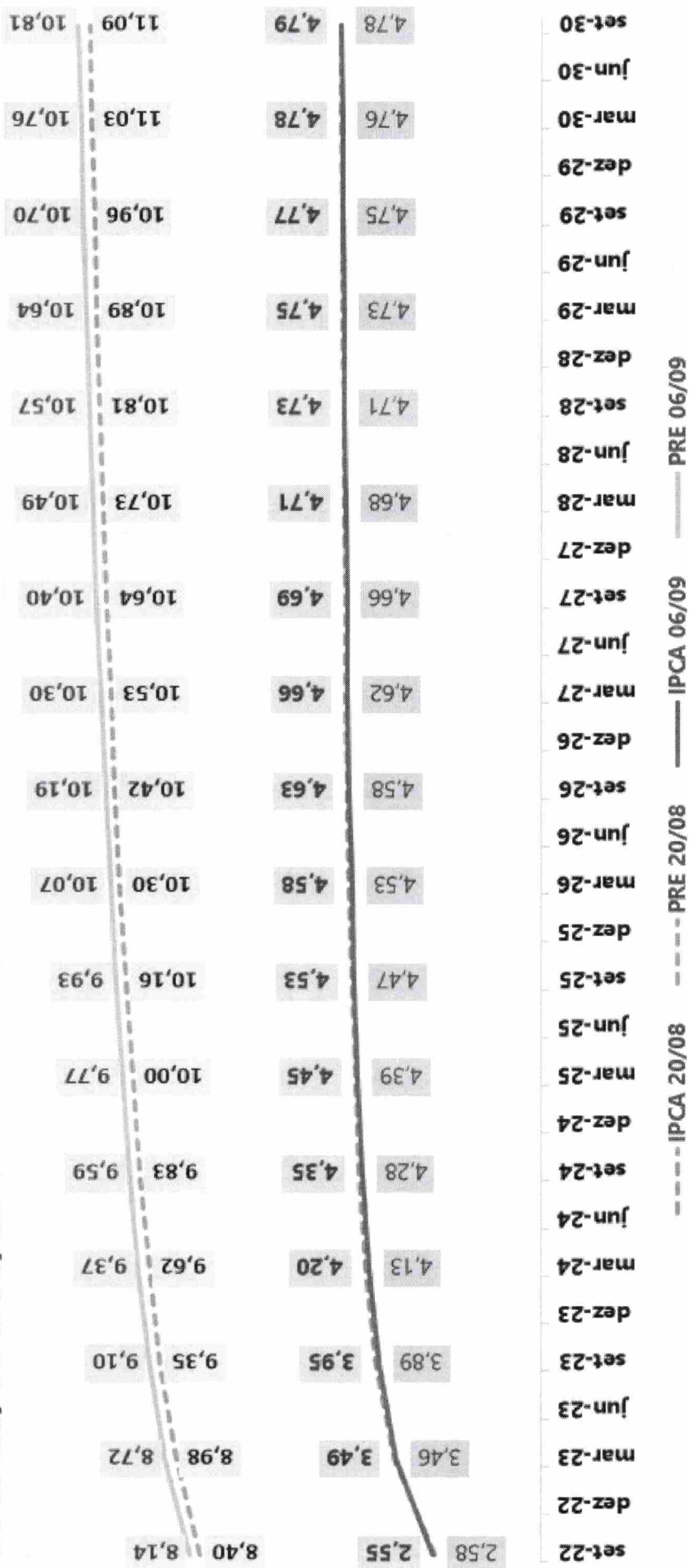
Fonte: Tesouro Nacional consulta realizada em 08.09.2021  
Elaboração própria

SUBTIPO	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	2021
TÍTULOS PÚBLICOS	201.515.580	201.331.299	194.725.823	195.038.014	197.694.615	197.986.371	197.467.078	197.281.599	192.963.263	
Rentabilidade		-0,09%	-3,28%	0,16%	1,36%	0,15%	-0,26%	-0,09%	-2,19%	-4,24%

## TÍTULOS PÚBLICOS 12/2020 a 08/2021



**ETTJ 20/08 x 06/09**



Fonte: ETTJ Anbima  
Elaboração própria

Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP)  
Resultado de leilão

Data do leilão	06/09/2021
Tipo de leilão	venda
Título	NTN-B
Portaria	1029

Vencimento	(a)		(b)		(c)			(d)	
	Volta	Data de liquid.	Oferta	Cotação/PU	Taxa (%aa)	Quantidade	Financ. (R\$mi)	BC quantidade	BC fin. (R\$mi)
15/08/2030	1	08/09/2021	150.000	109,698000	4,6978	150.000	596,70	0	0,00
15/05/2055	1	08/09/2021	300.000	119,859000	4,8999	300.000	1.303,94	0	0,00

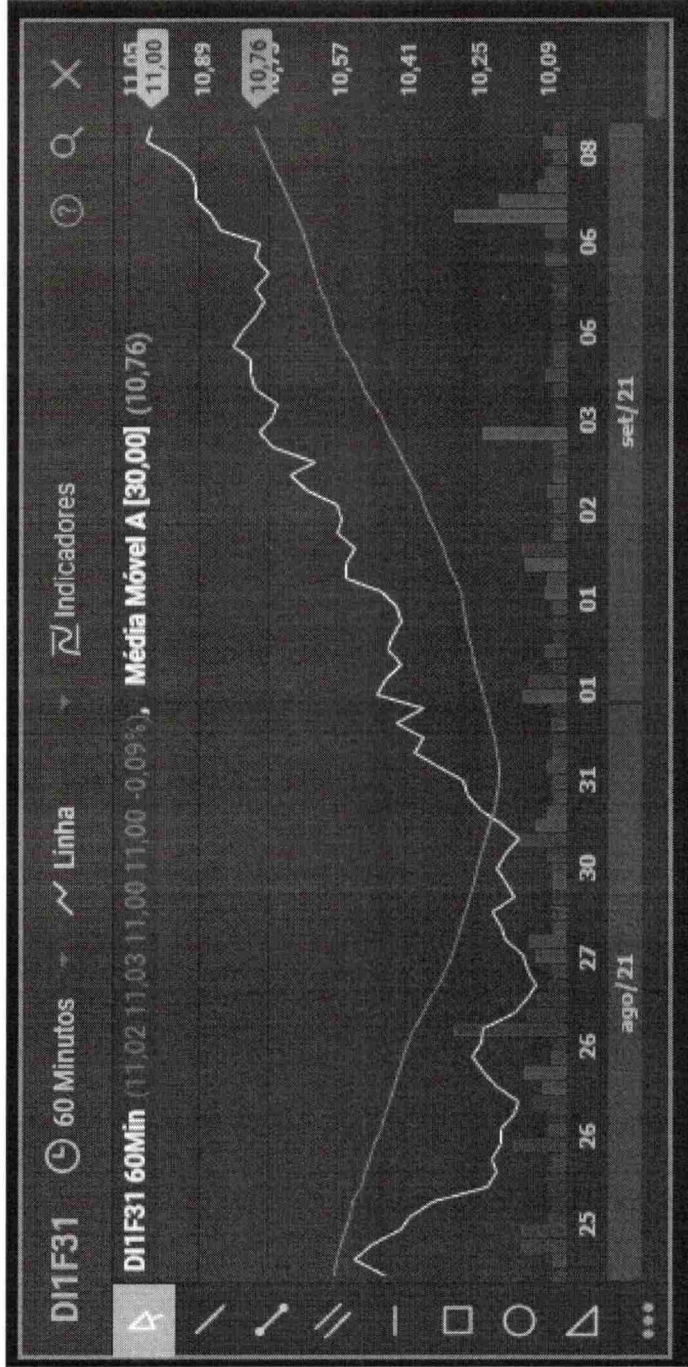
(a) Volta 1 do leilão: oferta pública para instituições credenciadas no SELIC.

(a) Volta 2 do leilão: oferta especial restrita para instituições dealers em conformidade com a Portaria nº 689, de 11 de fevereiro de 2021.

(b) Data de liquidação: dia da transferência de títulos e recursos financeiros entre o Tesouro Nacional e as instituições financeiras.

(c) Precificação do título: cotação para pós-fixado; preço unitário (PU) para pré-fixado.

(d) Emissão para Banco Central: títulos precificados com a cotação/taxa média da volta 1 do leilão.



Cotação Rápida D11F31 11,01 ▲ 2,32%

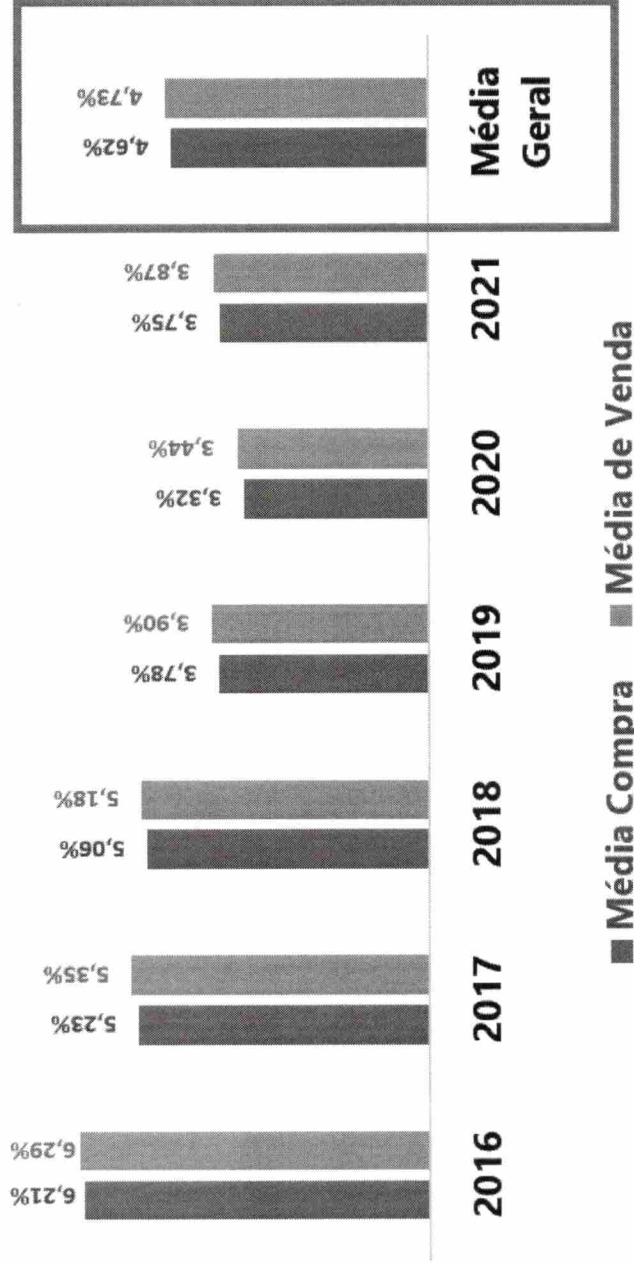
# Meta Atuarial 2022

PORTARIA SPREV Nº 6.132, DE 25 DE MAIO DE 2021

17,50	4,88
18,00	4,88
18,50	4,89
19,00	4,90
19,50	4,91
20,00	4,91
20,50	4,92
21,00	4,93
21,50	4,93
22,00	4,94
22,50	4,94
23,00	4,95
23,50	4,95
24,00	4,96
24,50	4,96

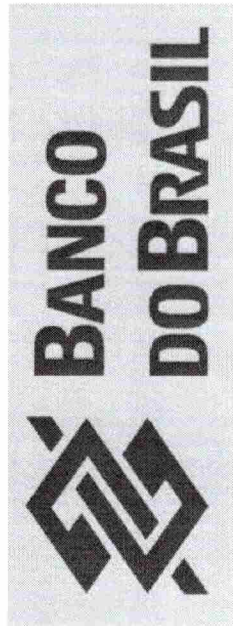
# Taxa Média (1350 preços)

NTNB (10 anos)  
26/01/2016 a 12/08/2021



Fonte: Tesouro Nacional consulta realizada em 12.08.2021  
Elaboração própria

## Metodologia de Compra



**CAIXA**

